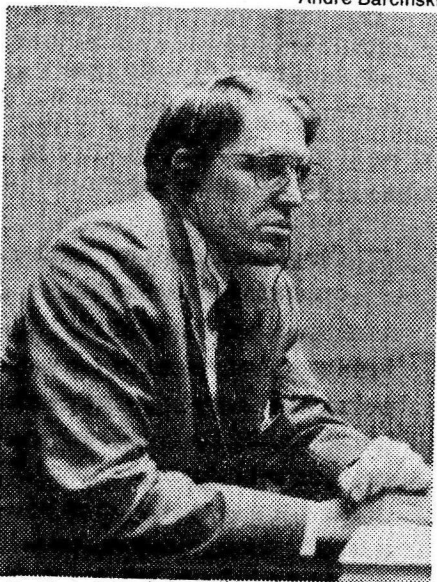


Plano Brady separa Cline e Galbraith

O Plano Brady, a nova estratégia americana para o tratamento da dívida externa do Terceiro Mundo, não deve ser encarado como uma panacéia que irá resolver todos os problemas latino-americanos. Nisso concordam os economistas americanos, James K. Galbraith, da Universidade do Texas, e William Cline, diretor do Institute of International Economics. Mas é só. Os dois estão no Rio participando do seminário *O desenvolvimento brasileiro e o cenário econômico internacional*, promovido pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e pelo Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos EUA.

Enquanto Galbraith vê no plano uma etapa, uma oportunidade política para tornar possíveis conversações diretas entre credores e devedores, Cline acha que soluções negociadas já existem e que a recompra dos títulos no mercado secundário não é encarada da mes-

André Barcinski



Galbraith: é hora de negociar

ma forma por todos os credores. "Os pequenos bancos podem até concordar em receber 50 centavos por dólar devido, porque não querem continuar na região, mas os grandes, que são a maioria, estão estabelecidos na América Latina e têm planos de longo prazo para ela, vão querer um desconto menor", diz Cline.

Galbraith discorda: "Quem assina os cheques é o devedor e no momento está em vantagem, pois no contexto internacional onde não existe tribunal de falências nem como se adotar sanções contra os endividados, favorece uma solução política, diplomática que conduz à negociação. Diz ainda que os bancos credores não têm razão quando argumentam que não podem aliviar a dívida latino-americana porque as normas americanas os impedem de dar baixa em alguns dos empréstimos. Ele lembra que a decisão política já foi tomada pelo governo George Bush que certamente irá abrandar as tais normas das quais os bancos reclamam.

William Cline concorda, lembrando que não se trata de legislação, mas de normas que podem ser mudadas pelo organismo competente. Cline prefere argumentar se o perdão ou o alívio da dívida bastaria para fazer com que os devedores retomassem o crescimento. Sua resposta é que, com déficits fiscais gigantescos, o dinheiro que deixasse de ser remetido para pagamento dos juros certamente seria utilizado para ampliar esse déficit fiscal.

O diretor do IIE se diz contra soluções simplistas e acha que está na hora de colocar medidas práticas, viáveis. Não hesita, desta forma, em defender o Plano Baker (lançado em 1985 pelo então secretário do Tesouro, James Baker)— que seu colega do Texas classificou como "uma forma de os bancos ganharem tempo enquanto faziam suas provisões" — como um programa que permitiu aos devedores aumentar sua capacidade de exportação de forma a gerar superávits para pagar os débitos.